

ACTA NÚMERO UM

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, em sessão ordinária, o Plenário da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - Período Antes da Ordem do dia;

II - Ordem do Dia:

1- Almeida Municipícia, E.E.M., Deliberação sobre:

a) Autorização para constituição de Sociedade Anónima de Capitais Minoritariamente Públicos;

a.1) Adjudicação pela Sociedade Anónima a constituir, da empreitada de obra pública de construção do Hotel SPA/Termalismo Fonte Santa – Almeida, a promover pela sociedade anónima mista, ao Agrupamento Complementar de Empresas composto por SOARES, MAGALHÃES, LDA. (Engenheiros Associados), EDIMPER, IMPERBOR; HABCOB e Empreendimentos Atributo, Promoção Imobiliária Lda no valor de € 4.929.000,00 (quatro milhões novecentos e vinte e oito mil euros), acrescido de IVA, pelo prazo de vinte meses, após adjudicação.

a.2) Adjudicação, pela sociedade anónima a constituir, da prestação de serviços referente quer ao projecto de arquitectura e de todas as especialidades técnicas quer à montagem económico-financeira quer ainda ao acompanhamento do respectivo licenciamento e manutenção e promoção comercial dos equipamentos ao Agrupamento Complementar de Empresas composto por soares, Magalhães, Lda. (Engenheiros Associados), EDIMPER, IMPERBOR, HABCOB e Empreendimentos Atributo, Promoção Imobiliária Lda no valor de € 225.150,00 (duzentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta euros), acrescido de IVA, referente ao projecto de Arquitectura e Especialidades e de €500.000 (quinhentos mil euros), acrescido de IVA, atinente ao “ Project Managment” de todo o programa;

a.3) Atribuir a concessão de exploração do Balneário Termal Fonte Santa – Almeida, ao Agrupamento Complementar de Empresas composto por SOARES, MAGALHÃES, Lda. (Engenheiros Associados), EDIMPER, IMPERBOR, HABCOB e Empreendimentos Atributo, Promoção Imobiliária Lda no valor de €60.000 (sessenta mil euros), a título de renda anual, pelo período de vigência da concessão.

2 – Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2010.

3 – Discussão e Votação do Orçamento da Receita e Despesa para o Ano Económico de 2010.

4 – Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2010 (nº 3 do art. 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27/02 e alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro.

5- Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo, no montante de €2 304 325,00.

6 – Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo no montante de €500.000,00.

7 – Revisão do PDM de Almeida – Comissão de Acompanhamento e eleição de Representante da Assembleia Municipal.

8 – Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal.

9 - Eleição de um Representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

10 – Eleição de um representante para o Conselho Cinegético.

11 - Eleição de três Presidentes das Juntas de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea c) do respectivo Regulamento.

12 – Aprovação do Conselho Municipal de Educação e Eleição do Representante da Junta de Freguesia.

13 – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta e respectivo substituto na Assembleia Distrital da Guarda, para o próximo quadriénio 2010-2013;

14 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) como representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

15 – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Assembleia da COMURBEIRAS –CIM;

16 - Estatuto Remuneratório dos Órgãos da Empresa Municipal

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

A Sessão iniciou-se com a verificação das presenças, tendo sido assinaladas as ausências dos senhores: José da Ascensão Fareleira dos Santos, Rui Mateus Leal Domingos e Victor Alcobia Ramos. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, José da Costa Reis, disponibilizou as actas das reuniões da Câmara efectuadas desde o início desta legislatura. Apresentou, depois, um pedido do senhor Presidente da Câmara para a introdução de um ofício sobre o Estatuto Remuneratório dos Órgãos da Empresa Municipal no período da Ordem do Dia, o qual, depois de autorizado pela Assembleia, passou a ser o ponto 16 da Ordem de Trabalhos. -----

O senhor José Manuel Gonçalves apresentou, em nome do Partido Socialista, uma proposta que leu e pediu para passar para a Ordem de Trabalhos. Uma vez aprovada, a mesma foi integrada no ponto 8 “ Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal”.-----

Para o Período Antes da Ordem do Dia inscreveram-se os senhores: José Monteiro Escaleira, Maria Clarinda Martins Moreira, Henrique Vilhena Pereira da Silva, Aristides Valente Sampaio Rodrigues, Domingos Lopes Cerqueira, Albino Rodrigues, Nuno Miguel Matias Estêvão e José Guilherme da Silva Abranches. -----

O senhor José Monteiro Escaleira perguntou como é que a Câmara poderá ajudar as IPSS, se surgir uma situação de emergência semelhante à que se tinha verificado com o gelo, na véspera, na Guarda. Por sua vez, a senhora dona Maria Clarinda Moreira disse achar que as actas devem ser colocadas no site da Câmara. Depois, referiu-se ao facto de, no final da sessão da tomada de posse dos membros da Assembleia Municipal, ter sido pedido ao público que abandonasse a sala. O senhor Presidente da Mesa esclareceu que só o fez porque ia proceder-se à eleição da nova Mesa e que no momento da eleição não há assistência. O senhor Henrique Vilhena disse que, no dia do aniversário dos bombeiros, reparou que todas as viaturas passavam por cima das pedras - guias, as quais estão a ficar em muito mau estado; pediu, por isso, a atenção do Executivo para a necessidade de se proceder a uma intervenção nas ruas de Almeida. Por sua vez, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeida, Aristides Sampaio Rodrigues, falou da situação de “prevista falência” da empresa “Águas do Zêzere e Côa”, perguntando como vai a Câmara actuar em caso de concretização da mesma e acrescentou que a sua apreensão se prende com as consequências dessa falência para os munícipes. Já o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso disse que os habitantes da vila se têm manifestado contra as obras de requalificação do adro da Igreja e perguntou por que motivo a intervenção no lago nunca mais está terminada. O senhor Albino Rodrigues manifestou o seu apoio às Grandes Opções do Plano para 2010 e pediu informação exacta sobre a situação financeira da empresa “Águas do Zêzere e Côa” e o senhor Nuno Miguel Matias Estêvão propôs que a Câmara adquirisse uma báscula de pesagem de camiões para benefício dos muitos agricultores do Concelho. Finalmente, o senhor José Guilherme da Silva Abranches referiu a vitória expressiva do PSD nesta eleição autárquica, pediu ao Executivo que dê mais atenção às freguesias da margem esquerda do Côa e incentivou os respectivos Presidentes de Junta a unirem-se na concretização de objectivos comuns. Apoiou a proposta do Partido Socialista apresentada pelo senhor José Manuel Gonçalves e louvou o senhor Governador Civil da Guarda que, na comemoração do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Almeida, se disponibilizou para apoiar esta Corporação, tal como o fez, noutras ocasiões, a ex- governadora, senhora dona Maria do Carmo Borges.-----

O senhor Presidente da Câmara, António Batista Ribeiro, depois de cumprimentar toda a Assembleia, tomou a palavra e respondendo ao senhor José Monteiro Escaleira disse que, como responsável máximo da Protecção Civil no Concelho, a situação também o preocupa e que tem consciência de que não se está totalmente preparado para uma catástrofe; tem, no entanto, um fio orientador do plano de emergência aprovado pela Assembleia Municipal que se esforça por manter sempre actualizado. Acrescentou ter condições para uma resposta imediata a algumas emergências, como por exemplo em caso de gelo, uma vez que funciona em estreita ligação com os Bombeiros e eles estão relativamente bem equipados, tanto a nível de material como de pessoal, mas não pode esquecer que este é um concelho com muito tráfego, tanto viário como ferroviário e isso implica um plano de emergência bem estruturado. Lembrou que, através de um projecto aprovado pelo Interreg, os Bombeiros foram equipados com fatos especiais. Informou que a Câmara tem uma candidatura que espera seja aprovada e se assim for, o gabinete ficará no novo quartel dos Bombeiros com um espaço já destinado a esse fim. Respondendo à observação do senhor Henrique Vilhena assumiu que as ruas precisam de uma intervenção e disse que, no documento de candidatura a Património da Unesco, é uma das observações feitas pelo senhor arquitecto Loza. Adiantou que o Executivo pretende fazer uma intervenção, não só na guia mas também nos passeios, mobiliário urbano e outros equipamentos, o que fará se a Câmara for contemplada com dinheiro do QREN, mais concretamente com um projecto de regeneração urbana que pode atingir os dois milhões de

euros para intervir no troço compreendido entre o Quartel das Esquadras e a Pousada, ruas adjacentes e Praça Dr. José Casimiro Matias. Sobre a empresa “ Águas do Zêzere e Côa” e respondendo simultaneamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeida e ao senhor Albino Rodrigues, disse que a situação é muito preocupante, já que o passivo da empresa é da ordem dos duzentos e cinquenta milhões de euros, em parte por culpa da constante mudança de administradores; na Assembleia Geral Extraordinária, que tinha tido lugar nessa mesma semana, não houve qualquer evolução; informou, ainda, que o senhor Presidente das Águas de Portugal marcou uma outra reunião para o dia dezanove de Janeiro e tem-se a ideia de que a senhora Ministra do Ambiente está disposta a ajudar na resolução do problema nomeadamente com a implementação de tarifário único. A solução pode também passar pela insolvência ou injeção de capitais públicos como acontece na TAP, Carris, Rodoviária e tantas outras empresas. Sobre a arranjo do largo da Igreja, disse ao senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso que o empreiteiro já foi notificado para proceder às reparações e se o não fizer no tempo previsto poderá ser accionada a garantia. Em relação ao problema levantado pelo senhor Nuno Estêvão disse que a Câmara tem duas formas de resolver o problema: ou faz uma parceria com o privado, dono da báscula que há no Concelho, ou adquire uma para instalar em local a decidir. O senhor engenheiro António Júlio Patrício pediu a palavra para informar de que há básculas amovíveis, o que poderá ajudar a resolver o problema e o senhor José Guilherme Abranches disse existir uma em Nave de Haver. Para finalizar o Período Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ade, dizendo que discorda da sua observação em relação às aldeias da margem esquerda do Côa. O Executivo tem a preocupação de atender aos problemas de todas as freguesias, mas nem sempre pode satisfazer todas as necessidades e anseios e acrescentou que se tem investido muito daquele lado do Concelho.-----

Terminado este ponto, o senhor António Roque dos Reis Anselmo sugeriu que o ponto 8 da Ordem do Dia – Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal – passasse ponto 1, mas o senhor José Vaz disse não ser pertinente pois qualquer alteração só produzirá efeito na próxima sessão da Assembleia-----

O ponto 1 da Ordem do Dia iniciou-se com uma introdução feita pelo senhor Presidente da Câmara que referiu já ter trazido este assunto à Assembleia Municipal e já nessa altura tinha referido que nenhuma decisão seria tomada sem passar por esta Assembleia. Apresentou, depois, para Discussão e Votação as alíneas a) , a.1), a.2),e a.3) .-----

Inscreveram-se para intervir os senhores José Monteiro Vaz, que pediu esclarecimentos sobre a concessão do Balneário da Fonte Santa, da sua gestão, das tarifas e da garantia de permanência do pessoal; o senhor António José Vieira de Frias solicitando informação sobre o grupo de empresas com quem a Câmara se vai associar e mostrou a sua discordância com a forma de cálculo para a renda anual pois a que saiu no concurso é diferente do que está no Orçamento e a senhora dona Clarinda Martins Moreira que também quis esclarecimentos no mesmo sentido e inquiriu da forma como os munícipes poderão ter a certeza de que a utilização do Balneário será assegurada, acrescentando que as suas dúvidas se prendem com precedentes já verificados, como foi o caso da parceria para a exploração do restaurante do Picadeiro. Perguntou, também, se o caudal existente é suficiente para sustentar as Termas, pois no orçamento há uma verba destinada a um furo. -----

O senhor Presidente do Executivo começou por dizer que a Empresa Municipal, sendo minoritária na aplicação de capitais, como foi devidamente esclarecido aquando da apresentação

do projecto para a candidatura, também o será na gestão. Houve uma grande preocupação em recolher o máximo de informação sobre a empresa parceira e disse confiar nela; qualquer pessoa pode entrar na Internet e aceder ao seu currículo. Sobre tarifários e pessoal assegurou estar tudo salvaguardado. As oportunidades ao pessoal estão a ser dadas inclusivamente com formação na área do Termalismo. Quem tiver perfil adequado terá o emprego garantido. Relativamente ao tarifário manter-se-ão os benefícios para os portadores de cartão social municipal e cartão jovem municipal. Em relação ao orçamentado para o furo esclareceu que é para completar o pagamento, pois a obra está terminada. Explicou que a adjudicação do furo previa chegar-se até aos mil metros de profundidade, porém, atingidos os seiscentos e quarenta metros, encontrou-se um aquífero que debita cerca de cinco litros por segundo a uma temperatura de 32° (trinta e dois graus centígrados). Ora, a piscina foi testada em plena época balnear com setenta e dois utentes e encheu-se duas vezes na mesma noite, quando o volume de água era apenas de dois litros por segundo. Um aquífero que debita o dobro de caudal dá-nos a garantia de uma resposta capaz.---

O senhor José Vaz voltou a pedir a palavra para assumir que não é fácil tomar uma decisão sobre o aval para a constituição da Sociedade Anónima de Capitais Minoritariamente Públicos, até porque o Balneário tem funcionado bem e o mérito vai todo para o Executivo Camarário. Além disso, aquando da sua criação, um dos objectivos da Empresa Municipal era a gestão das infra-estruturas do concelho, entre elas as termas da Fonte Santa, sem encargos. Agora, perante o aparecimento do pedido de aprovação do estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração, deu-se conta da existência de alguma incoerência. Daí a dificuldade em decidir pela autorização para a parceria. Se ela fosse só para o hotel, apoiaria a ideia; os pontos a.1) e a.2) são passivos. O problema surgiu com o ponto a.3) pois considerou que, no deve e haver, seria mais rentável se o balneário funcionasse sozinho; assim, porque pensam que os municípios e a economia local saem prejudicados, os membros da CDU votarão contra. -----

O senhor José Monteiro Escalreira perguntou se a Sede Social ficará sediada no Concelho, ao que o senhor Presidente respondeu afirmativamente. Ao senhor José Vaz disse não concordar com a ideia de que venha prejudicar os equipamentos hoteleiros do concelho e concretamente da Vila de Almeida, porque não há, na região, hotelaria para o tipo de procura que se propõe para o Hotel da Fonte Santa. Deu como exemplo as Termas de S. Pedro do Sul, lembrando que toda a actividade económica gira à sua volta. Assumiu que há riscos, mas que acredita no sucesso. -----

Posto à votação o Ponto 1 foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, três votos contra e cinco abstenções.-----

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos o senhor Presidente da Mesa, José da Costa Reis, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação do documento, assumindo que as Grandes Opções do Plano seguem a linha do que se processou nos anos de dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove e que, embora não se possa fugir às despesas correntes, quer continuar a investir, esperando ter um alto nível de execução, apesar de saber que se depende muito da eficácia dos empreiteiros e dos fundos comunitários.-----

Inscreveram-se, para intervir, os senhores: Aristides Sampaio Rodrigues, António Júlio Patrício, Clarinda Martins Moreira, Joana Celeste Dias Alexandre, António José Vieira de Frias e José Guilherme da Silva Abranches.-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeida, Aristides Sampaio, referiu-se às transferências para as freguesias e ao centro empresarial. Disse que gostaria de ver inscritas no Orçamento algumas obras pelas quais se tem batido e adiantou que, na votação, se vai abster. Por sua vez, o senhor António Júlio Patrício analisou, simultaneamente, os documentos constantes dos pontos 2 e 3 e repetiu o que tem dito ao longo dos últimos quatro anos, ou seja, que não concorda com as opções do Executivo e que as agora apresentadas contêm os mesmos erros dos anos anteriores, afirmando que “este concelho não melhorou e não prevejo que venha a melhorar”. Disse que iria abster-se na votação. A senhora dona Clarinda Martins Moreira disse fazer suas as palavras do senhor António Patrício “pois não vejo, neste documento, um projecto estruturante direccionado para a fixação da população” e perguntou por que motivo há verbas que não estão inseridas em rubricas próprias, mas em “Outras”. Também a senhora dona Joana Dias Alexandre, depois de ter assinalado a capacidade de síntese do documento, classificou a Câmara de “instrumental mas não dinamizadora”, disse não ter encontrado no documento uma estratégia clara para fixar/captar população e afirmou-se surpreendida pela verba destinada à acção social. Continuou a sua intervenção sugerindo que deveria sair da Assembleia uma proposta de requerimento penalizadora da empresa “Águas do Zêzere e Côa” Finalmente, lamentou que este “não seja um documento participativo”.-----

O senhor António de Frias começou por desejar a todos um Feliz Natal. Manifestou o seu apoio ao Executivo na necessidade de correr riscos e a concordância com muitas das obras constantes das GOP, citando mesmo algumas delas, mas acrescentou que, para se concretizarem, são precisas receitas. Questionou o Executivo sobre alguns valores constantes do ponto 3, e notou a insuficiência de dotações para a Empresa Municipal e para as Juntas de Freguesias, além da transferência dos cento e cinquenta mil euros. Terminou dizendo que, de um modo geral, estava de acordo com o Orçamento, mas que gostaria de ver garantido

Para terminar o senhor Presidente da Junta de Ade, José Guilherme Abranches, disse que no Orçamento não estão espelhados todos os desejos das freguesias, até porque elas querem sempre mais, mas é sua convicção de que a Câmara estará atenta às necessidades de cada uma e que os Presidentes das Juntas estão prontos a pressioná-la, se tal não acontecer.-----

Na resposta, o senhor Presidente do Executivo lembrou que nesta altura do ano o Orçamento Geral do Estado já costumava estar aprovado e, por isso, já se sabia qual era o financiamento para os municípios. Neste momento não se sabe se as transferências aumentam, diminuem ou ficam iguais às do ano anterior; apesar disso, dotou este Orçamento com verbas para poder manter os protocolos e ampliar o seu âmbito. Depois de esclarecer que as transferências para as freguesias são de vária ordem, disse que as mesmas irão ser reforçadas e que outros protocolos vão ser selados até ao fim do ano e no início de dois mil e dez, após a aprovação do Orçamento. Sobre o Centro Empresarial disse não haver nada definido, nem sequer a sua localização porque a verba a disponibilizar é muito elevada e não tem sido possível orçamentá-lo. Aos senhores António Júlio Patrício e Joana Dias Alexandre afirmou que o preocupa, e muito, o despovoamento do Concelho que foi o que mais população perdeu porque não há oportunidades de emprego. Disse não querer falar do governo, mas acusou-o de ter fechado serviços e de não mostrar vontade política para ajudar à fixação das pessoas, tomando medidas que anulassem, por exemplo, os efeitos da diferença do IVA e do preço dos combustíveis, em relação a Espanha, aspectos que nos afectam particularmente. Perguntou aos interlocutores se não concordavam com ele quando afirma que deveriam ter sido tomadas medidas de excepção para os concelhos fronteiriços e recusou aceitar a observação de que o concelho estivesse pior do que há quatro anos. Lembrou que o Executivo tem tentado colmatar

estas falhas e abdicou em três por cento da participação no IRS, colocou o IMI no seu valor mais baixo e suspendeu a cobrança da derrama deixando, assim, de arrecadar menos quinhentos mil euros para os cofres do Município. Leu o artigo do jornal que põe Almeida entre os trinta e cinco municípios que mais investimento fizeram no ano de 2008. Desafiou toda a oposição a juntar-se ao Executivo nas reivindicações para o Interior que propiciem a fixação da população e criem empregos, como fortes incentivos fiscais às empresas enquanto o PIB se mantiver abaixo do nível nacional. Disse, ainda, que os municípios que integram os Castelos da Raia direccionaram as verbas do PRODER para a Área Social. Sobre o Orçamento Participativo disse ter enviado aos grupos do PS e da CDU documentos para que estas forças apresentassem propostas, acrescentando que é um defensor dessa participação. -----

O senhor Vereador José Alberto Morgado pediu a palavra para falar das acções de apoio aos jovens estudantes no sentido de reduzir o insucesso escolar e de promover a sua fixação. Falou das parcerias que a Câmara tem com os dois Agrupamentos de Escolas, da organização das férias escolares que movimentaram cerca de 120 alunos, do seu assento na CPCJ e do apoio psicológico que disponibiliza, quando necessário. Referiu, depois, a perspectiva de novas empresas, entre as quais a fábrica alemã de portas e janelas em PVC.-----

De novo no uso da palavra, o senhor Presidente do Executivo explicou à senhora dona Clarinda Moreira que no POCAL não há rubricas que contemplem, por exemplo, as rendas da E.D.P. Logo, são inscritas em “Outros”. -----

O senhor António Júlio Patrício pediu de novo a palavra para admitir que, sobre os incentivos para o interior, subscrevia uma parte do que foi dito mas que, contrariamente ao que o PSD e o CDS desejavam, o governo cumpriu a promessa de não introduzir portagens nas A23 e A25. Adiantou que considerava medidas concretas para o desenvolvimento da concelho a distribuição de água e implementação do saneamento em todas as freguesias e anexas; também o parque TIR deveria ter outras condições que pudessem produzir receitas. -----

O senhor José Guilherme Abranches referiu-se aos problemas desta região e, lembrando o que está a acontecer com a DELFI, observou que o governo poderia ter aproveitado este espaço para desenvolver, aqui no Interior, o projecto da produção dos carros eléctricos. Sobre as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia disse que, muitas vezes, “elas não chegam atempadamente porque os presidentes não preenchem a documentação a tempo e horas”. -----

Mais uma vez no uso da palavra, o senhor presidente da Câmara disse ao senhor António Júlio Patrício que estará sempre na linha da frente para tomar posição contra as portagens na A23 e A25 enquanto o nosso PIB se mantiver em níveis inferiores ao dos Concelhos do Litoral. Não concorda com as observações relativas ao abastecimento de água e saneamento pois são descabidas já que as povoações que o senhor António Patrício referiu estão dotadas com água e saneamento há muitos anos. As obras a decorrer, neste momento, dizem respeito a abastecimentos de água em alta e a situações pontuais que a Câmara está a resolver porque os pontos de entrega pela Empresa “Águas do Zêzere e Côa” foram feitos muitas vezes a quatro e cinco Kms dessas povoações.-----

Acerca do Parque TIR, continua em conversações com o novo Governo no sentido de o dotar com melhores condições de higiene e segurança.-----

Posto à votação, o documento do ponto 2 - GOP- foi aprovado com quarenta e quatro votos a favor, treze abstenções e zero votos contra. Também o ponto 3- Orçamento da Receita e Despesa - foi aprovado com quarenta e sete votos a favor, treze abstenções e zero votos contra.-

Passou-se ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos cuja introdução foi feita pelo senhor Presidente da Câmara que explicou a necessidade de actualização anual do Mapa do Pessoal devido à criação de postos por tempo determinado e tempo indeterminado; este ano vai ser necessário contratar o pessoal constante do documento e deu como exemplo o caso do Director Administrativo, já que o senhor Portugal está a pensar pedir a aposentação. -----

Os pedidos de esclarecimento foram feitos pela senhora dona Joana Dias Alexandre que perguntou quem faz o recrutamento; pela senhora dona Clarinda Moreira que se referiu a um técnico superior indicado na página três – director administrativo - para perguntar com que cursos se pode concorrer e o senhor José Escalreira que quis saber se a informação sobre os concursos vai para as freguesias, tendo sugerido, como o fez no mandato anterior, que fossem também publicitados por aviso a enviar às Juntas de Freguesia, para melhor conhecimento das populações locais que, por motivos óbvios, não têm acesso ao Diário da República. Foi-lhes respondido que o recrutamento segue a norma dos concursos públicos e que, no caso do director administrativo, podem concorrer licenciados em Direito e Economia. Ao senhor Escalreira foi dito que a publicitação é feita no diário da República e nos locais habituais.-----

Feita a votação o documento foi aprovado com um voto contra.-----

Os Pontos 5 e 6- foram analisados em conjunto , tendo o senhor Presidente do Executivo começado por explicar que o documento da situação económico-financeira foi distribuído no início da sessão porque só foi aprovado na última reunião da Câmara. Depois justificou os pedidos de autorização dos empréstimos: o de longo prazo destina-se a dar resposta a obras que se vão iniciar sem financiamento garantido por qualquer programa comunitário. O de curto prazo destina-se a dar resposta ao pagamento da dívida a fornecedores e empreiteiros, “o que não aconteceria se recebêssemos atempadamente aquilo que nos é devido há largos meses”. -----

Inscreveram-se para intervir os senhores: António Júlio Gomes Patrício, António José Vieira de Frias, Joana Celeste Dias Alexandre, Olga Maria Lopes dos Santos, Aristides Valente Sampaio Rodrigues e José Guilherme da Silva Abranches.-----

O senhor António Júlio Patrício começou por desejar que o Executivo possa ir buscar dinheiro dos overbookings, mas duvida muito que o consiga. Referiu-se, depois, à diferença entre o saldo altamente positivo que o Executivo herdou há quatro anos e a situação actual, acrescentando que estes empréstimos só vêm piorá-la, já que a dívida agora assumida vai ser idêntica à receita, o que torna a situação financeira “ muito preocupante”. Pôs mesmo em dúvida que a Câmara tivesse dinheiro para as despesas correntes , pois os membros da Assembleia não tinham recebido, ainda, o total das ajudas de custo a que têm direito. Lamentou que se continue a pensar no arranjo urbanístico do Largo 25 de Abril, pedindo que se repense o projecto do monumento e justificou a sua posição por considerar que o mesmo vai criar um impacto negativo no património histórico da vila, acrescentando que esta obra pode tornar-se um entrave na candidatura de Almeida a Património Mundial. Informou que iria abster-se nesta votação, porque se votasse contra iria prejudicar as obras das outras freguesias. Interveio, em seguida, o senhor António José de Frias, que corroborou as palavras do senhor António Patrício sobre o arranjo urbanístico/monumento ao 25 de Abril. Disse votar contra o empréstimo a curto prazo

porque considera que a Câmara não tem capacidade de endividamento. Duvidou que a Assembleia deva aprovar o empréstimo constante do ponto 6. Também a senhora dona Olga Maria Lopes dos Santos pediu a palavra para defender que, depois do “mamarracho” do Largo da Igreja, em Vilar Formoso, seria “aconselhável que se consultasse a população do concelho” sobre o monumento projectado para o arranjo urbanístico do Largo 25 de Abril. Seguiu-se, no uso da palavra, a senhora dona Clarinda Martins Moreira que pediu para ser retirada do Orçamento a verba destinada ao mesmo arranjo urbanístico e advogou a suspensão desta obra. Considerou que “neste projecto tudo foi feito ao contrário” e que “há outras hipóteses para resolver o problema rodoviário de acesso à Vila”. Afirmou ter auscultado a opinião de técnicos de reconstrução histórica que consideram ser um erro que não virá beneficiar o turismo. O senhor Aristides Sampaio lamentou que o pedido de empréstimo tenha descambado numa crítica ao monumento ao 25 de Abril e disse parecer-lhe que “há outras motivações para esta tomada de posição”. Lembrou as críticas de que foi alvo o CCB, aquando da sua construção, sustentando que, se tivesse sido referendado, não teria sido construído. Hoje, ninguém o contesta. Perguntou-se o porquê de tão grandes “anti-corpos” em relação a esta obra. Também o senhor José Guilherme Abranches disse estranhar as palavras dos opositores ao já referido arranjo urbanístico, mas lembrou que houve apresentação do projecto, houve debates e houve votação, logo a obra deve ser executada. Disse que foi sempre um democrata, defensor dos ideais de Abril e apoiar a construção de um monumento que recorde essa data. Finalmente, elogiou o monumento ao Bombeiro, inaugurado no dia do aniversário daquela Corporação. -----

Invocando a defesa da honra, o senhor António Júlio Patrício voltou a pedir a palavra para declarar ser filho de agricultores que sofreram muito pela liberdade e democracia que hoje temos e que não admite que outros se considerem mais democratas do que ele; a sua posição em relação ao monumento nada tem a ver com o feito histórico que foi o 25 de Abril, mas sim com o local onde vai ser implantado. Também a senhoras Joana Dias Alexandre e Olga Lopes dos Santos voltaram a defender as suas opiniões, tendo a primeira dito que o CCB é gerador de riqueza o que não é o caso deste monumento; a senhora dona Olga Santos lamentou que o sentido das suas palavras tenha sido deturpado. -----

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor engenheiro Patrício dizendo que as verbas para o pagamento das ajudas de custo são “franjas no orçamento da Câmara”. Relativamente ao overbooking adiantou que lhe foi garantida alguma verba destinada a esse fim e estará atento para não permitir que algum município que apresentasse despesa depois de Almeida lhe passe à frente. Lamenta que os cumpridores e os que executaram obras tivessem sido penalizados com o desvio das verbas para a construção dos Centros Escolares. Explicou a situação real das contas da Câmara e afirmou que se não fizesse obras durante dois anos saldaria a totalidade da dívida camarária. Acusou o senhor António de Frias de ter posto em causa a afirmação de que no dia dezanove de Dezembro liquidaria a dívida do empréstimo de curto prazo e entregou-lhe um documento sobre as duas aplicações que a Câmara tem para garantir esse pagamento até ao dia 31 de Dezembro. Respondendo às intervenções sobre o arranjo urbanístico e monumento disse que a sua posição estava tomada e esclareceu que o empréstimo é destinado não só ao monumento mas também ao arranjo urbanístico; acrescentou que já tinha assistido, noutras situações, a vozes discordantes (“poucas”) mas, em contrapartida, tem recebido milhares de mensagens de apoio a todas as recuperações feitas: Casamatas, Porta Nova, Biblioteca, CEAMA, etc. -----

O senhor António Patrício afirmou não estar contra o arranjo do Largo, mas sim contra a implementação do monumento naquele espaço e que apoia todas as intervenções feitas na Vila até ao momento. A senhora dona Clarinda Moreira assumiu-se como crítica das obras feitas na Vila e afirmou que “não sou a única pois tenho ouvido muitas vozes discordantes”.---

Posto à votação, o documento do ponto 5 foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, um voto contra e sete abstenções. -----

A senhora dona Clarinda Martins Moreira fez a declaração de voto que se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

O meu voto contra o pedido de empréstimo, inscrito na rubrica nº 5 da ordem de trabalhos, deve-se fundamentalmente a três motivos:

- Do montante global de 2.304.325,00 euros, o valor de 949.322,00, que constitui a parte mais expressiva, destina-se a uma obra nada produtiva para o desenvolvimento de Almeida, pelo contrário constituirá uma obra destrutiva e ostensiva que, sem quaisquer reflexos no aumento ou qualidade do fluxo de turistas, causará o desaparecimento da esplanada histórica, zona de parada militar e salvaguarda de uma das principais vias de acesso à Fortaleza, as Portas de São Francisco, actualmente também zona de encontro e confraternização dos almeidenses; haveria outras soluções que nem sequer foram publicamente discutidas para resolver a questão da segurança de circulação rodoviária e pedonal, na acessibilidade à Fortaleza, sem necessidade de tanta ostentação, ocupação de zona livre e desproporção de enquadramento do monumento ao 25 de Abril, cuja implantação não deve sobrepor-se em importância ao Monumento que é a Fortaleza de Almeida, até porque essa forma de implante sob a forma aproximada de rotunda, pela sua volumetria, não deverá cumprir a legislação recentemente aprovada quanto à construção de rotundas;

- A verba destinada à referida obra de requalificação, quase um milhão de euros, é exorbitante e descabida face à difícil situação de crise actual mundial e nacional e muito menos é justificativa da necessidade de contrair um empréstimo bancário numa zona económica e demograficamente deprimida como Almeida, inclusive em comparação com outros projectos estruturantes e necessários no resto do concelho;

- Apesar dos apelos anteriormente feitos ao Executivo municipal, e novamente reiterados na Assembleia Municipal, o Presidente não aceitou uma reapreciação do projecto, ou a retirada dessa verba do montante global do pedido de empréstimo, que pudesse dar oportunidade a um estudo mais ponderado, frisando que a sua decisão estava tomada e era para avançar e que não atribuía importância às críticas feitas ao projecto.

Maria Clarinda M. Moreira”

O ponto 6 foi aprovado com quarenta e nove votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções. -----

O senhor António José de Frias fez uma declaração de voto vencido porque, “apesar das explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara, do ponto de vista legal tem dúvidas sobre se a Assembleia deve autorizar este empréstimo”. -----

Sobre o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos –O senhor Presidente da Edilidade informou a Assembleia que, por proposta dos Serviços Técnicos, a “Comissão Técnica de Acompanhamento” passaria a” Comissão de Acompanhamento”. Esta alteração permite torná-la mais eficaz. Deve integrar esta Comissão um representante da Assembleia Municipal pelo que será necessário proceder à sua nomeação.

O senhor Hernani Gonçalves desejou as Boas Festas e um Feliz 2010 a toda a Assembleia e em representação da coligação PSD - CDS/PP propôs, para integrar esta Comissão, o nome do senhor António Victor Vieira Gouveia. Os grupos do PS e da CDU não apresentaram propostas. Procedeu-se à votação cujo resultado foi de quarenta e cinco votos a favor, quatro votos brancos e um voto nulo-----

No ponto 8 - Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal.-----

O senhor António José Vieira de Frias pediu ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que interpretasse o artigo 2º alíneas e) e f) conjugadas com o ponto 4 alínea a) do artigo 23º e com o ponto 1 do artigo 24º, do Regimento, que leu.-----

O senhor Presidente da Mesa disse haver um erro no artigo 2º ponto 2 alínea i) porque a frase não está completa; ela deve terminar com ...no nº 9 do artigo 64º da lei 169/89 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5 A 2002 de 11 de Janeiro” . Sobre a alínea e) do artigo 2º esclareceu que tem incluído a informação da Câmara no período Antes da Ordem do Dia. Esclareceu que o senhor Presidente da Câmara não tem limite de tempo, nas respostas às diferentes intervenções.-----

O senhor António José de Frias voltou a referir o artigo 2º ponto 2, alínea f) para lembrar que lhe pediu informação “sobre o entendimento que tem sobre os seus pedidos”, ao que o senhor Presidente respondeu que a Mesa deve dar sempre conhecimento dos pedidos feitos por qualquer membro e esclareceu que a resposta será dada , oralmente, na sessão seguinte da Assembleia. Em seguida, apresentou a PROPOSTA entregue pelo senhor José Manuel Gonçalves, em representação Partido Socialista e que se transcreve: -----

PROPOSTA

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Tem vindo esta Assembleia Municipal, no uso das suas competências, a eleger, de entre os seus membros, representantes para diversos organismos tais como, entre outros, Associação Nacional de Municípios, Assembleia Distrital da Guarda, Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Conselho Cinegético, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Foi assim, a título de exemplo, no mandato anterior e, de acordo com a Ordem de Trabalhos da presente Assembleia, assim será mais uma vez. Sobre a acção destes eleitos, nos respectivos organismos, a Assembleia Municipal que os elegeu nunca teve no mandato anterior qualquer informação.

Ora, é entendimento do Partido Socialista (PS) que esta Assembleia Municipal tem o direito de ter conhecimento da acção desenvolvida por estes eleitos, seus legítimos representantes, nestes diversos organismos.

Como tal, para que no final deste mandato, que agora se inicia, a mesma situação não venha a acontecer, o Partido Socialista propõe que, em sede de Regimento Interno desta Assembleia fique estabelecido o dever destes eleitos, no decurso do mandato, com periodicidade anual, apresentarem à Assembleia Municipal, que representam, um Relatório conciso da acção que desenvolveram junto destes organismos.

Almeida, 17 de Dezembro de 2009

O proponente pelo PS

José Manuel F. Gonçalves

Na sequência desta proposta, a senhora dona Olga Santos sugeriu que se criasse o artigo 55ºA com a seguinte redacção: “Os membros da Assembleia, quando desempenham a função de representantes da Assembleia Municipal, têm o dever de apresentar à mesma, anualmente, um relatório escrito das actividades desenvolvidas”.-----

A proposta do Regimento, com as alterações introduzidas, foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto 9, para eleger um Representante das Juntas de Freguesia a fim de integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Parada, Fernando Dinis Fortunato. Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidato. Procedeu-se á votação, cujo resultado foi: trinta e oito votos a favor, seis votos brancos e um voto nulo.-----

Ponto 10. Para a eleição de um representante para o Conselho Cinegético, o senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cabreira, Manuel Valente. Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidato.-----

O senhor António Júlio Patrício perguntou se o senhor Valente é caçador e a resposta foi negativa.-----

Procedeu-se á votação, cujo resultado foi: quarenta votos a favor e cinco votos brancos.

11 - Eleição de três Presidentes das Juntas de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea c) do respectivo Regulamento.

Para esta eleição, o senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Almeida, de Vilar Formoso e da Miuzela, respectivamente, Aristides Valente Sampaio Rodrigues, Domingos Lopes Cerqueira e Francisco dos Santos. Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidatos.

O resultado da Votação foi de quarenta e dois votos a favor e quatro votos brancos.-

12 – Aprovação do Conselho Municipal de Educação e Eleição do Representante da Junta de Freguesia. -----

Neste ponto, O senhor Presidente da Mesa chamou a atenção para a informação distribuída no início da sessão com a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação, contendo o nome de todos os elementos. Depois, o senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Freineda, António Miguel de Simões Bernardo para integrar esse Conselho. Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidato. -----

Posta à Votação, a constituição do Conselho Municipal de Educação foi aprovada por unanimidade e o representante dos presidentes da Junta para integrar esse Conselho foi aprovado com trinta e dois votos a favor, treze brancos e um nulo-----

13 – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta e respectivo substituto na Assembleia Distrital da Guarda, para o próximo quadriénio 2010-2013.-----

O senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Monteperobolso, José Carlos Monteiro e para substituto o senhor Presidente da Junta da Ade, José Guilherme da Silva Abranches.. Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidatos.-----

Efectuada a votação, obteve-se o seguinte resultado: trinta e dois votos a favor, dez votos brancos e um voto nulo.-----

14 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) como representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O senhor Hernani Gonçalves, em representação da coligação PSD/CDS-PP, propôs o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ade, José Guilherme da Silva Abranches e para substituto o senhor Presidente da Junta do Monteperobolso, José Carlos Monteiro . Nem o Partido Socialista nem a CDU apresentaram candidatos.-----

O resultado, depois da votação, foi de trinta e um votos a favor, quinze votos brancos e um voto nulo.-----

15 – Para a Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Assembleia da COMURBEIRAS –CIM, o senhor Presidente da Mesa propôs a reeleição dos membros que já representavam a Assembleia no mandato anterior: José da Costa Reis, António Júlio Gomes Patrício e Maria da Conceição de Jesus Batista Vilhena de Carvalho. O resultado da votação foi de trinta e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.-----

No ponto16- Estatuto Remuneratório dos Órgãos da Empresa Municipal, o senhor Presidente da Câmara apresentou os elementos que integram os vários órgãos da Empresa Municipal, assim constituídos:

Conselho de Administração: Presidente - António Batista Ribeiro – sem remuneração; Alcino Miguel dos Santos Morgado – com remuneração e João Ângelo da Fonseca Osório - com senhas de presença e deslocações.

Conselho de Avaliação - Doutor Carlos Alberto Soares Alves - com remuneração

Fiscal Único - “Patrício Moreira, Valente e Associados”

O senhor Presidente da Câmara explicou a proposta apresentada sobre os membros que vão integrar o Conselho Administrativo da Empresa Municipal, esclarecendo que esta alteração não provocará aumentos na despesa da Câmara, pois ele, enquanto Presidente do Conselho de Administração, não vai ser remunerado e abdica do Chefe de Gabinete, Alcino Miguel dos Santos Morgado. Falou, ainda, do currículo do senhor doutor Carlos Alberto Soares Alves.----

O senhor António José Vieira de Frias pediu esclarecimento sobre a remuneração do senhor Alcino Morgado e perguntou se o senhor doutor Carlos Alves vai exercer as suas funções aqui, em Almeida. Discordou desta nomeação justificando “que há, no nosso Concelho, pessoas com capacidade para exercer esse cargo”. Por sua vez o senhor António Júlio Patrício defendeu que o senhor Alcino Morgado, além da remuneração, deveria receber um subsídio de representação porque representa, também, o Município e lhe reconhece mérito para desempenhar tal função. Relativamente ao senhor Carlos Alves disse não compreender como é possível este tipo de avença com alguém que não está permanentemente no Concelho e que, em sua opinião, não podemos andar em campanha eleitoral a defender o emprego dos jovens quadros do nosso Concelho e, depois, quando a prática se coloca, contratamos pessoas fora do concelho, como neste caso no Porto, independentemente do mérito ou não, auferindo o vencimento que lhe é proposto pelo município, pelo que votará contra a contratação da pessoa acima referida.-----

Em resposta o senhor Presidente disse não ter encontrado, no Concelho, quem o assessorasse como o faz o senhor doutor Carlos Alves e quer ter a seu lado alguém em quem possa confiar. Assim, numa fase transitória e pelo tempo que julgar necessário, mantê-lo-á em funções e informou que não vem para Almeida para exercer as suas funções.-----

Na votação deste ponto verificaram-se os seguintes resultados: Para o Conselho de Administração, quarenta votos a favor, três abstenções e zero votos contra; para a Conselho de Avaliação, trinta votos a favor, seis votos contra e sete abstenções e para o Fiscal Único, trinta e seis votos a favor, quatro abstenções e três votos contra.-----

Votados em minuta, todos os pontos da Ordem de Trabalhos foram Aprovados por Unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

